



A AUTENTICIDADE COMO INSTRUMENTO DE ORIENTAÇÃO PARA A ADAPTAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO À ACESSIBILIDADE UNIVERSAL: O CASO DO ADRO DO CONVENTO FRANCISCANO EM OLINDA (PE)

FERREIRA, Oscar Luís (1);

MÁXIMO, Marco Aurélio da Silva (2);

ZERBINI, Ana Suely (3)

(1) Universidade de Brasília, Doutor em Arquitetura e Urbanismo

e-mail: oscar@unb.br

(2) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Engenheiro Civil

e-mail: marco.maximo@iphan.gov.br

(3) Universidade de Brasília, Arquiteta e Urbanista

e-mail: zerbiniana@gmail.com

RESUMO

O Patrimônio Cultural Brasileiro deve ser acessível para que se garanta a todos o direito constitucional de livre acesso à cultura e aos bens culturais nacionais. No entanto, a execução de adaptações para a acessibilidade requer respeito aos valores atribuídos aos bens patrimoniais. Como forma de discutir a importância da acessibilidade e o respeito a autenticidade de bens patrimoniais em qualquer intervenção, este artigo lança um olhar sobre o Adro do Convento franciscano em Olinda (PE) a partir do conceito de autenticidade e da construção de um método para coleta de informações sobre a atribuição de valores aos bens patrimoniais.

Palavras chave: Autenticidade; Acessibilidade; Convento Franciscano.

ABSTRACT (11 PTS, NEGRITO)

The Brazilian Cultural Heritage must be accessible to guarantee the constitutional right of free access to all to culture and national cultural assets. However, the implementation of adaptations for accessibility requires respect to values of the heritage. As a way to discuss the importance of accessibility and respect for the authenticity of cultural heritage in any intervention, this article takes a look at the Adro of the Franciscan Convent in Olinda (PE) from the authenticity concept and the construction of a method in order to assign information on the values to the cultural assets.

Keywords: Authenticity; Accessibility; Franciscan Convent.

1. INTRODUÇÃO

Em 1535, o nobre português Duarte Coelho fundou a cidade de Olinda, que se tornou um importante centro exportador de pau-brasil e açúcar. A partir do final do século XVI, recebeu



a chegada das primeiras ordens religiosas, em especial, em 1583, a ordem dos franciscanos.

Segundo Germain Bazin (1958), no ano de 1583 foi concedido o Alvará de Doação das terras de Olinda à Congregação Franciscana para fundação do primeiro Convento da Ordem no Brasil. Em 1585 os frades franciscanos chegaram a Olinda e receberam de Maria da Rosa, irmã da Ordem Terceira de São Francisco, doação da capela de Nossa Senhora das Neves assim como terrenos em torno da capela. O Convento recebeu acréscimos até 1590, sob coordenação do Frei Custódio dos Anjos. Em 1631 o conjunto foi incendiado durante a invasão holandesa ao Brasil e ficou abandonado.

Em 1654, os holandeses são expulsos pelas forças portuguesas e a reconstrução da Vila de Olinda lentamente iniciada. Em 1676, a vila é elevada à categoria de cidade e é provavelmente deste período, final do século XVII, o início da reconstrução do Convento de Nossa Senhora das Neves. A partir da segunda metade do século XVII, após a Restauração Pernambucana, iniciaram-se as obras de reconstrução do Convento. Segundo Bazin (1958), há indícios de que a reconstrução seja deste período, devido à existência no local de pedra tumular do Frei Joseph de Santo Antônio, falecido em 1686, e arcada próxima à sacristia que denota ter sido obra executada por volta de 1660 em virtude de suas características formais e estilísticas. Grande parte das obras de construção da azulejaria e dos trabalhos artísticos foram realizados no decorrer do século XVII. Alguns acréscimos, dentre eles, o do frontispício, foram concluídos até 1755, posto que, as janelas térreas da portaria indicam o ano de 1754. Em frente ao frontispício encontra-se uma 'cruz', vestígio de antiga via-sacra que se realizava na cidade e parte do ritual religioso católico. Outras adições foram executadas ao longo dos séculos XVIII e XIX, até adquirir a forma e o acervo dos dias atuais (BAZIN, 1958).

O Convento de Nossa Senhora das Neves é o mais antigo Convento da Ordem Franciscana do Brasil. O conjunto está tombado como Igreja e Convento de Nossa Senhora das Neves, capela, casa de oração e claustro dos Terceiros Franciscanos, inclusive o Adro, o Cruzeiro e toda a área da antiga cerca conventual.

Em 1982, Olinda recebe o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido pela Unesco. A cidade passa a receber diariamente centenas de turistas em busca de sua arte e festejos populares, de sua arquitetura quatrocentista em meio a uma topografia acentuada, compondo junto à natureza exuberante uma paisagem ímpar, em meio a arrecifes e colinas. A acessibilidade é um conceito do final do século XX e o conjunto arquitetônico do Convento existe há mais de 430 anos. Tem em comum, acessibilidade e Convento (patrimônio cultural), o ser humano, sua criatividade e fé (UBIERNA, 2011).

Ao situarmos o binômio que compõe o cerne deste artigo, patrimônio cultural e acessibilidade, iniciamos pela cidade de Olinda, provavelmente fundada em 1535 e elevada a Vila em 1537, que rapidamente desenvolveu-se com a expansão da produção de açúcar oriundo dos engenhos que se instalaram na várzea do rio Capibaribe, no século XVI. A partir do final do século XVI, recebeu a chegada das primeiras ordens religiosas, em especial, em 1583, a ordem dos franciscanos. Em 1585, a ordem recebeu por doação a capela de Nossa Senhora das Neves, além de alguns terrenos onde edificou o Convento de Nossa Senhora das Neves. A edificação recebeu acréscimos até o final do século XVI, porém, foi destruída em 1631 durante o incêndio de Olinda quase dois anos após a invasão e conquista pelos holandeses da capitania de Pernambuco. A cidade foi abandonada e a sede da capitania, sob domínio estrangeiro, mudou-se para a vila de Recife. Em 1654, os holandeses são expulsos pelas forças portuguesas e a reconstrução da Vila de Olinda lentamente iniciada. Em 1676, a vila é elevada à categoria de cidade e é provavelmente deste período, final do século XVII, o início da reconstrução do Convento de Nossa Senhora das Neves.



2. O ADRO DO CONVENTO FRANCISCANO

Sobre o Adro não foram encontrados documentos que atestem a data exata de sua construção ou a do Cruzeiro, contudo, sua delimitação aparece em mapa de 1630. Nota-se a existência do Adro em frente à Igreja de Nossa Senhora das Neves, com espaço demarcado, assim como um antigo caminho, interligando o Convento Franciscano à Igreja da Graça e ao Seminário de Olinda. Com esta configuração, este complexo urbano e arquitetônico foi tombado em 1938 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). À época do tombamento o conjunto estava completo e permaneceu com a mesma leitura espacial e arquitetônica até o final do século XX. Na primeira década do século XXI o Adro foi objeto de uma intervenção que rompeu a unidade do conjunto.

O conjunto formado pelo Adro, pelo Cruzeiro e pela torre recuada da fachada são especificidades de alguns Conventos da Ordem Franciscana. Do Cruzeiro é possível a apreensão da fachada principal da igreja. Encontra-se geralmente em posição simetricamente oposta ao frontispício. No caso do Convento Franciscano de Olinda, o Adro, além de ser uma solução urbanística, tira partido da topografia do terreno do qual resulta um conjunto integrado ao sítio, com igreja e Convento localizados em plano mais elevado.

Nesta congregação, o Adro (Figura 1), o Cruzeiro e o Convento constituíam um conjunto urbano-arquitetônico integrado e harmonioso. Nenhuma intervenção adicionou elementos que extinguissem a unidade deste conjunto. A coesão desses elementos se percebe por meio da integração entre a calçada em frente à igreja, que antecede a Galilé, interliga-se ao Adro e deste, ao Cruzeiro. Imagens da década de 1970, mostram o Adro pavimentado em diferentes planos. O primeiro, a calçada, ligada à igreja, encontra-se revestida com tijoleira artesanal; o segundo rebaixado, pavimentado com pedras graníticas retangulares em tamanhos diferentes configurando a rua, e outros dois inclinados, formando a rampa pavimentada com pedras graníticas retangulares que conduzem ao Cruzeiro. A configuração atual do Adro de São Francisco resulta de um projeto de intervenção para recuperação de espaços públicos, ação pertinente ao Plano de Reabilitação do Sítio Histórico de Olinda, realizado pela Prefeitura de Olinda, em 2001.

Figura 1 – Trecho do Adro do Convento Franciscano, Olinda (PE)



Fonte: Arquiteta Ana Suely Zerbini

Antes da intervenção, o Adro encontrava-se sem passeio público, com duas escadas laterais, peitoril com grade de ferro que segregava a rampa e os elementos constitutivos do conjunto, ou seja, igreja, Adro e largo do Cruzeiro. Do ponto de vista arquitetônico e urbano, tal configuração fragmentou o espaço, outrora configurado como um todo, e comprometeu a relação Adro–igreja, ao criar uma forte barreira urbanística e visual, uma vez que a leitura

espacial ficou comprometida pelo gradil e pelo desnível entre a Rua São Francisco e a rampa que interligava o Adro à Travessa São Francisco.

Essa conformação acarreta dificuldades à acessibilidade, na medida em que se fragmentou o passeio público e a continuidade do ambiente. Observou-se ainda uso inadequado do espaço, ou subutilização do mesmo, criação de grandes problemas para manutenção, conservação e sustentabilidade do ambiente, tais como presença de vegetação nos achados arqueológicos, rampa e Cruzeiro, degradação ambiental, dentre outros. Para este estudo considera-se o Adro do Convento Franciscano apenas o espaço delimitado pelos muros laterais, pelo Convento e pelo encontro das ruas São Francisco e São José Belarmino da Silva.

3. ACESSIBILIDADE E AUTENTICIDADE

3.1 Atualização da Legislação Brasileira sobre Acessibilidade e Patrimônio

No ano de 2004, o Decreto Federal nº 5.296/2004 regulamentou as leis nº 10.048/2000 e 10.098/2000, consolidando toda a legislação anterior. Em 06 de julho de 2015, foi sancionada a lei nº 13.146/2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, o chamado estatuto da pessoa com deficiência, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) – editou em 2004 a norma brasileira NBR-9050/2004 que estabeleceu os critérios e parâmetros técnicos de acessibilidade a serem observados nas fases de projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Tal norma foi vinculada ao Decreto Federal nº 5.296/2004, e seu cumprimento tornou-se obrigatório. Em 11 de setembro de 2015, a ABNT editou a revisão da norma. A NBR-9050/2015 apresenta um texto mais explicativo e detalhado, no geral.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) - publicou em 2003 a Instrução Normativa nº 01, com as considerações básicas sobre a adaptação de bens culturais imóveis acautelados em nível federal, baseada nas Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, além das normas da ABNT. Em 28 de fevereiro de 2014, o Iphan publicou a Instrução Normativa nº 01 alterando a resolução de 2003, acrescentando a aplicação da mesma a *“intervenções em conjuntos urbanos consistentes em drenagem urbana, saneamento ambiental, embutimento de fiação elétrica, pavimentação, implantação de sinalização de trânsito ou turística e implantação de mobiliário urbano”* (IPHAN, 2014).

Toda esta normativa está vinculada porém, ao marco disposto na Instrução Normativa No. 01 que impõe que *“o limite para a adoção de soluções em acessibilidade decorerá da avaliação sobre a possibilidade de comprometimento do valor testemunhal e da integridade estrutural resultantes”* (IPHAN, 2003). Por valor testemunhal podemos entender todos os valores atribuídos a um determinado bem oriundos da relação de identidade construída por determinada sociedade ou grupo e que lhe fortalecem ou determinam a preservação. A significância cultural, a preservação dos diversos significados atribuídos a um bem, que sabiamente não o vincula a um valor preponderante como, por exemplo, o valor histórico ou artístico, mas ao conjunto de valores que o configuram possibilitando assim o estabelecimento de procedimentos de intervenção que garantam a sua preservação plena, como indicado pela Carta de Veneza (1964).



3.2 Autenticidade

O imperativo proposto, em 1964, pela Carta de Veneza, qual seja, o de transmitir para as gerações futuras na plenitude de sua autenticidade não apenas os bens monumentais, mas todos aqueles que ao longo de sua existência adquiriram significância cultural (CURY, 2004, p. 91), portanto, para transmitir será antes necessário preservá-lo em toda a sua autenticidade, ou seja, devemos conservar o patrimônio cultural com todos os seus valores, e não apenas com uma de suas principais dimensões que lhe qualificam como tal. Autenticidade significa garantir à 'originalidade e a verdade' das fontes históricas, da expressão artística e autoral, dos aspectos materiais e estruturais, bem como das expressões de tradição e identidade cultural do patrimônio cultural. Conforme indica a Declaração de San Antonio (1996), a autenticidade está na identificação, avaliação e interpretação destes valores atribuídos a um bem. Ao ferirmos valores por meio da intervenção física sobre aspectos, como desenho e forma, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, localização e espaço ou espírito e sentimento ferimos portanto, sua autenticidade. Ou seja,

dependendo da natureza do patrimônio cultural, seu contexto cultural e sua evolução através do tempo, os julgamentos quanto a autenticidade devem estar relacionados à valorização de uma grande variedade de pesquisas e fontes de informação. Estas pesquisas e levantamentos devem incluir aspectos de forma e desenho, materiais e substância, uso e função, tradições e técnicas, localização e espaço, espírito e sentimento, e outros fatores internos e externos. O emprego destas fontes de pesquisa permite delinear as dimensões específicas do bem cultural que está sendo examinado, como artísticas, históricas, sociais e científicas (CURY, 2004, p. 322).

4. O MÉTODO

De modo a garantir a preservação integral de um bem é necessário diagnosticar os valores a ele atribuídos, por meio da avaliação da autenticidade. Para então desenvolver-se um plano de ação de conservação da edificação e também planos de intervenção que não interfiram ou que apresentem mínima interferência sobre os valores identificados. Preservar valores significa também garantir a identidade do bem. Toda e qualquer intervenção no patrimônio construído apresenta algum impacto sobre os aspectos que conformam suas dimensões e, portanto, seus valores e a maneira com que o grupo ou comunidade se identifica com este bem. Estes aspectos podem ser relacionados aos possíveis impactos causados por intervenções para a acessibilidade:

- **Forma e Desenho.** Intervenções com o intuito de garantir a acessibilidade física de um monumento ou patrimônio construído podem interferir com a forma original e a concepção de um edifício;
- **Materiais e Substância.** Ainda que nas intervenções para acessibilidade sejam utilizadas adições ou anexos a um monumento o que, de fato, poderia apresentar um baixo grau de interferência na substância ou materiais originais da edificação, estas devem ser obrigatoriamente avaliadas antes da realização de qualquer ação;
- **Uso e Função.** As intervenções que garantam a acessibilidade física a um determinado bem podem interferir com o uso original ou com a distribuição original de seu mobiliário, bem como, modificar a sua função o que deve ser devidamente informado aos usuários quando tal ação não puder ser evitada ou contornada;
- **Tradições e Técnicas.** As intervenções para acessibilidade podem acrescentar à



edificação diferentes tipos de materiais, em especial, os materiais modernos, como o aço inoxidável, o vidro e/ou o concreto que podem interferir com o processo de manutenção do patrimônio construído. E, quando nos referimos à preservação do patrimônio moderno, este tipo de intervenção pode ser ainda mais ariscado, pois a distinção entre “novo” e “antigo” é substancialmente mais difícil;

- Localização e Espaço. O acréscimo de longas rampas, sinalização tátil, mapas táteis ou outros elementos que garantam a acessibilidade podem alterar profundamente o espaço ou a compreensão da implantação original do bem;
- Espírito e Sentimento. Para Barry Rowney (2004), este é o aspecto mais efêmero da constituição dos valores e da autenticidade de um bem e também aquele que apresenta “*considerável influência na avaliação da autenticidade*” devido a sua direta relação com a identidade. As intervenções para a acessibilidade, se bem executadas, podem reforçar tais laços.

5. RESULTADOS

As principais não conformidades identificadas quanto ao atendimento da acessibilidade, da segurança e ao uso adequado do bem foram: ausência de sinalização (turística, interpretativa e direcional para deficientes), irregularidades no pavimento (lacunas, peças quebradas, desagregação), ausência de passeio, acúmulo de vegetação, necessidade de consolidação de elementos (risco de acidentes e perdas), ausência de vagas em estacionamento para deficientes, ausência de rota acessível, necessidade de criar meios de redução de tráfego na rua adjacente ao Convento, ausência de rampas como alternativas das escadas laterais, ausência de mobiliário urbano e iluminação pública deficiente.

Na década de 1970, houve uma intervenção que instalou no piso do Adro lajes de granito assentadas sobre uma base de concreto. O piso foi alterado em diversas épocas, tendo sido aterrado com diversos materiais como barro, terra e restos de demolição. De 2001 a 2004, o Adro passou por intervenções que não foram concluídas, ações que fragmentaram o espaço, interrompendo a relação Adro-igreja, e isso provocou subutilização do local além de problemas de manutenção e conservação. Desta maneira compreende-se que a espacialidade do Adro, e sua unidade com outros elementos, foi perdida ao longo do tempo.

Todas essas alterações ao longo do tempo, inclusive após o tombamento, ao mesmo tempo que prejudicaram o bem, hoje oferecem certa liberdade para propostas de intervenção, e o principal referencial para intervenções encontra-se presente nas informações sobre as condições do bem na época do tombamento, ou seja, ainda em 1938.

Dentre outras diretrizes para a intervenção está a utilização do anteprojeto da Prefeitura de Olinda, de autoria do arquiteto Emanuel Almeida, como ponto de partida, além é claro, da própria configuração espacial em que o Adro se encontrava à época do tombamento, em 1938 (MOREIRA, 2007).

A Matriz de Autenticidade (Tabela 1) apresenta a análise dos valores da edificação e a Matriz de Autenticidade e Acessibilidade (Tabela 2) apresenta uma possibilidade de avaliação de como as intervenções para resolver as não conformidades podem interferir, alterando ou danificando as dimensões e aspectos do bem cultural.



Tabela 1 – A Matriz de Autenticidade

Aspectos	Dimensões			
	Artística	Histórica	Social	Científica
1. Forma e Desenho	Na concepção original o Adro era inclinado e fechado por muros e portão de acesso ao pátio do Cruzeiro. O conjunto está segregado, diferentemente da época do tombamento (1938), quando Convento, Adro e Cruzeiro formavam unidade com leitura espacial e arquitetônica.	A configuração atual é fruto da intervenção nos anos 2000, feita pela prefeitura, que reconfigurou o Adro definido em 1980 quando foi agenciado em três patamares inclinados, com piso em tijoleira cerâmica e degraus em pedra calcária. A espacialidade e a unidade foram perdidas.	O estado de conservação atual é péssimo. Limpezas rotineiras com jatos d'água tem prejudicado a integridade de elementos e materiais. A segregação do conjunto contribuiu para ser um local ermo.	O Convento de Olinda (PE) é um importante exemplar da concepção franciscana no Brasil, assim como os Conventos de Igarassu (PE) e de João Pessoa (PB). Isso mostra a relevância de sua preservação.
2. Materiais e Substância	Em 2002 foram reveladas as ruínas de calçada em pedra calcária (século XVI). Até 1970 tinha piso em vários planos: calçada em tijoleira artesanal, rua e rampas em pedras graníticas retangulares, e o Cruzeiro em cantaria. Hoje as pedras e tijolos dos muros estão expostos.	O piso do Adro e seus muros não eram originalmente planos. O Adro sofreu soterramentos ao longo do tempo, com o uso de barro, terra e restos de demolição. Em 1970 uma intervenção instalou no piso do Adro lajes de granito assentadas sobre base de concreto.	Os materiais existentes remontam ao período colonial. Com o reconhecimento de Olinda como Patrimônio Mundial, vem também um reconhecimento da necessidade de valorização da identidade, por parte da comunidade local.	Os achados arqueológicos recentes reforçam a importância do sítio. Acredita-se que novos estudos possam trazer à luz evidências de ocupação pré-colombiana.
3. Uso e Função	Como elemento arquitetônico necessário ao Convento, o Adro dava visibilidade à igreja e à cenografia católica das procissões e dos rituais.	O local foi utilizado em sepultamentos secundários. Foi instalada a primeira escola de educação indígena (século XVI). Rituais religiosos eram realizados no local.	A fragmentação do conjunto prejudica o uso como espaço de encontros e de práticas religiosas. O Convento é um ponto turístico.	Estudos sobre autenticidade e acessibilidade podem evitar que adaptações sejam realizadas de forma inadequada.
4. Tradições e Técnicas	Identificam-se várias técnicas construtivas do período colonial, como a cantaria, alvenarias, argamassa bastarda, pisos em pedra e tijoleira, muros em pedra.	Acredita-se que a colina onde está o Convento e o Adro tenha passado por ocupação indígena Tupi, com vestígios seixos e de carvão.	Vandalismo provocou perdas dos achados arqueológicos, como de partes de esqueletos. Há pichações e diversas patologias, no Cruzeiro.	Estudos das técnicas construtivas podem contribuir na preservação revelando parte da história e do desenvolvimento humano.

Aspectos	Dimensões			
	Artística	Histórica	Social	Científica
5. Localização e Espaço	A visibilidade do Convento, favorecida pelo Adro, é importante fator estético na concepção do conjunto. O templo fica instalado ao fundo do espaço delimitado pelos muros, no topo da colina.	A delimitação do Adro aparece em um mapa de 1630, e o Cruzeiro é provavelmente do ano de 1700. Acredita-se que rituais religiosos aconteciam no trajeto da Igreja da Sé até o Convento.	A valorização do Convento e seu conjunto é ao mesmo tempo a valorização da comunidade local e de seus costumes.	Estudar a localização pode revelar a forma de ocupação do espaço urbano e sua evolução ao longo do tempo.
6. Espírito e Sentimento	O conjunto constitui o percurso de ritos religiosos.	O Adro é um ambiente de acolhimento, de transição entre o profano e o sagrado, marcando a passagem da vida laica à vida religiosa.	Há várias pichações e patologias, mesmo assim o uso religioso do espaço ainda é intenso.	Estudos sobre o conjunto podem demonstrar como se deu a construção da identidade da comunidade com o local.

Fonte: Elaborada pelos autores

Tabela 2 – Matriz de Autenticidade e Acessibilidade Avaliação do Impacto das intervenções para a acessibilidade

Aspectos	Dimensões			
	Artística	Histórica	Social	Científica
1. Forma e Desenho	A configuração do Adro foi muito alterada ao longo do tempo. A partir do anteprojeto do arquiteto Emanuel Almeida, com planos inclinados entre o Cruzeiro e o Convento, pode-se buscar o retorno à época do tombamento, no entanto, esta é uma ação que requer conhecimentos técnicos e investimento financeiro. Vagas de estacionamento, placas de sinalização, sinalização tátil e de rampa de acesso à galilé (reversível) podem afetar negativamente, devendo-se primar pela racionalidade e harmonia.	A rampa para acesso à galilé, o <i>traffic calming</i> e a revitalização do pavimento não afetam negativamente, pois se mostram pelo contraste. A retirada das escadas não é problema.	As intervenções podem despertar na comunidade estímulo à preservação. Valorizar espaço é valorizar a cultura e a comunidade.	As intervenções devem ser registradas para viabilizar futuros estudos.
2. Materiais e Substância	Substituir o pavimento do Adro pode afetar negativamente a leitura do espaço e sua unidade. As pedras existentes têm boa condição de resistência e abrasividade. Deve-se priorizar a reutilização dos materiais existentes na pavimentação do Adro, respeitando as inclinações adequadas. A instalação de elementos deve ser compatível com as pedras existente, principalmente quanto à fixação.	Mais que o contraste, deve-se buscar a harmonia. A utilização do mesmo material no piso deve ser priorizada, mas é importante prever meios para evitar erros de interpretação.	Manter o máximo possível materiais preexistentes é importante para não afetar a identidade da comunidade com o bem.	Tornar o Patrimônio mais acessível é democratizar o acesso e do uso, contribuindo para preservar.

Aspectos	Dimensões			
	Artística	Histórica	Social	Científica
3. Uso e Função	Novos elementos podem prejudicar a visibilidade do Convento a partir do Adro, por isso deve-se primar pela racionalidade. As intervenções podem potencializar o uso turístico do local. A instalação de corrimãos pode auxiliar as pessoas com mobilidade reduzida. A retirada das escadas, num possível retorno de configuração à época do tombamento, em nada afeta a estética.	Iluminação pública, mobiliário urbano, sinalização, e elementos táteis podem aumentar a ocupação do espaço de modo mais permanente e diário, aumentando o uso do espaço de forma positiva.	A retirada das escadas em nada afeta a dimensão social, assim como a instalação de iluminação pública e de mobiliário urbano.	A realização de estudos sobre autenticidade e acessibilidade, podem evitar adaptações inadequadas.
4. Tradições e Técnicas	Novos elementos devem ser marcados pelo contraste, mas não devem destoar esteticamente dos preexistentes, mas sim valorizá-los.	Técnicas propostas devem estar alinhadas com as aplicadas anteriormente.	O espaço requalificado pode contribuir para preservação.	X
5. Localização e Espaço	A inserção de novos elementos como rampas e corrimãos não altera a aparência da área externa e a percepção do local. Sua instalação deve ser estudada de modo a respeitar materiais e desenho originais e locais. A visibilidade do Convento, proporcionada pelo Adro, pode ser melhorada, contribuindo positivamente com o fator estético na concepção do conjunto.	As intervenções podem afetar positivamente a relação do Adro com seu entorno, pois podem requalificar o espaço e melhorar a fruição do mesmo pela comunidade.	As intervenções podem contribuir para uma maior conscientização da comunidade quanto à preservação.	As intervenções para a acessibilidade não alteram nem exigem investigações sobre a localização e situação do bem.
6. Espírito e Sentimento	A melhoria urbanística geral que pode ser conseguida com as intervenções pode contribuir positivamente para uma ressignificação do sentido de posse do local.	As intervenções e a requalificação podem melhorar a fruição do bem pela comunidade no uso religioso e de contemplação.	X	As intervenções não afetam as dimensões imateriais, tais como espírito e sentimento.

Fonte: Elaborada pelos autores. O "X" indica que o item não pode ser observado.

6. CONCLUSÕES

Apartir da coleta das informações obtidas para a elaboração das tabelas 1 e 2 e pela revisão dos conteúdos, em especial, da tabela 2, verifica-se a utilidade de ferramenta que é capaz de apresentar de maneira sucinta os valores patrimoniais, as necessidades e as restrições para as intervenções de adaptação para a acessibilidade e que, desta maneira, podem auxiliar aos

profissionais responsáveis pela intervenção a minimização de riscos de descaracterização. Identificou-se também, ao longo do estudo, que as intervenções necessárias de adaptação para acessibilidade não são de simples execução, especialmente as que afetam o aspecto Forma e Desenho, a menos que se admita a possibilidade de uma reconfiguração maior do Adro. Ao mesmo tempo, tal reconfiguração, embora represente também a necessidade maior de recursos financeiros para ser implementada, mostra-se adequada, pois além de se obter melhor acessibilidade obtém-se também o restauro do Adro à configuração espacial da época de seu tombamento, ou seja, final da década de 1930. A reconfiguração, no entanto, pode interferir em outros valores que se relacionam fortemente com a construção da identidade do lugar.

Entende-se que todas as intervenções devem considerar a possibilidade da manutenção e reutilização do máximo possível dos materiais originais, ou na impossibilidade, de materiais compatíveis com aqueles, em suas características físicas, químicas e mecânicas, tomando-se o devido cuidado para não falsificar ou gerar erros de interpretação. A escolha dos novos materiais deve levar em consideração a possibilidade de formação de pátina semelhante aos materiais originais. Deve-se priorizar também a utilização de materiais e elementos reversíveis, que possam ser substituídos, e mantidos e conservados, sem maiores danos ao bem, caso melhores opções surjam no futuro. Propostas de iluminação urbana, a instalação de mobiliário urbano e sinalização turística e tátil são ações de valorização que, no entanto, devem ser balizadas pelo bom senso e as especificidades inerentes aos centros históricos evitando-se assim a realização de um “estilo patrimônio”, como apresentado por Leonardo Castriota (2009). A possível reconfiguração do Adro, à época do tombamento, favorecerá a reintegração e reabilitação do conjunto formado pelo largo do Cruzeiro, o Adro e o Convento, e as intervenções específicas do local devem estar alinhadas com o desenvolvimento de um plano de acessibilidade do sítio histórico da cidade de Olinda.

Para Sandra Ribeiro (2014), locais como o Adro do Convento franciscano, e outros pertencentes aos centros de cidades históricas, consagrados como patrimônio histórico e cultural, muitas vezes são palco de importantes manifestações culturais. A reabilitação e requalificação desses locais, incluindo as adaptações para acessibilidade, são possíveis e importantes para a história e cultura de um povo, com o reconhecimento de um objetivo social a ser alcançado. Este trabalho é apenas uma possibilidade de abordagem de um tema abrangente e, sobretudo urgente.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.**

Rio de Janeiro: ABNT, 2015. Disponível em:

<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_164.pdf>. Acesso em: 26 de abril de 2016>. Acesso: 6 jan. 2017.

BAZIN, G. **A arquitetura religiosa barroca no Brasil**, Volume II, Editora Record, Rio de Janeiro, Brasil, 1956.

BOTTALLO, M. PIFFER, M. POSER, P. **Patrimônio da Humanidade no Brasil: suas riquezas culturais e naturais**. UNESCO e Editora Brasileira de Arte e Cultura, Santos, Brasil, 2014.

BRASIL. Decreto Federal nº 5.296/2004 (2004). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso: 6 jan. 2017.





_____. **Lei Federal nº 13.146/2015** (2015). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso: 6 jan. 2017.

CARRAZZONI, M. L. **Guia de bens tombados**. Coordenação de Pesquisa de. Expressão e Cultura. Rio de Janeiro: Expressão e cultura, 1987.

CASTRIOTA, L. **Patrimônio Cultural: Conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009.

FERREIRA, O. L. **Patrimônio Cultural e Acessibilidade. As intervenções do Programa Monumenta, de 2000 a 2005** (Tese). Programa de Pesquisa e Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo PPG/FAU/UnB, Brasília, Brasil, 2011.

IPHAN. **Instrução Normativa nº 01, de 25 de novembro de 2003**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Instrucao_Normativa_n_1_de_25_de_novembro_de_2003.pdf. Acesso: 6 jan. 2017.

_____. **Instrução Normativa nº 01, de 28 de fevereiro de 2014**. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=5&data=12/03/2014>. Acesso: 6 jan. 2017.

MOREIRA, A. R. P. **A Arqueologia Histórica na Cidade de Olinda**. Olinda (PE): Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – CECI, Brasil, 2007.

RIBEIRO, S. B. **Mobilidade e Acessibilidade Urbana em Centros Históricos**. Cadernos Técnicos 9, Iphan, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Caderno_mobilidade_acessibilidade_urbana.pdf. Acesso: 6 jan. 2017.

ROWNEY, B. **Charters and Ethics of Conservation: a cross-cultural perspective**. (Thesis). School of Architecture, Landscape Architecture and Urban Design, Adelaide, Austrália, 2004. Disponível em: <https://digital.library.adelaide.edu.au/dspace/handle/2440/37941>. Acesso: 6 jan. 2017.

UBIERNA, J. A. J. **Accesibilidad Universal al Patrimonio Cultural. Fundamentos, criterios y pautas**. Madrid: Real Patronato sobre Discapacidad, 2011.

